

Prefeitura Municipal de Ananindeua

Controladoria Geral

PARECER DO CONTROLE INTERNO

ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARECER PRÉVIO – POSSIBILIDADE LEGAL

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou os autos do **Processo Administrativo 1Doc nº 9.644/2023.GAB/PMA**, referente ao Procedimento de **Adesão a Ata de Registro de Preço 02/2023 – Pregão Eletrônico SRP nº 02/2023 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM-PA**, firmada com a empresa **DISTRIBUIDORA LUCAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA**, CNPJ Nº **04.662.034/0001-00**, tendo por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

VALOR DA ADESÃO R\$ 46.024,34 (Quarenta e seis mil, vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos).

Consta nos autos **Parecer Jurídico nº 019/2023-ASSEJUR-GP/PMA**, assinado pelo assessor jurídico o Sr. Claudio de Sousa Soares, manifestando-se favorável ao prosseguimento.

Para evitar a escolha de forma imprópria desses terceiros, a Constituição Federal de 1988 dispõe em seu art. 37, inciso XXI que – ressaltados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes”.

Desse modo, considerando-se o princípio constitucional da economicidade e da eficiência, entende-se que é juridicamente possível e mesmo aconselhável, com as devidas cautelas, aproveitar uma proposta mais vantajosa conquistada por outro ente da Federação. Nesse diapasão, o Decreto Municipal nº 15.425/2013, autoriza os órgãos e entidades da Administração desta municipalidade a utilizarem Atas de Registros de Preços e trata das demais peculiaridades do sistema.

Ante o exposto, considerando os documentos coligidos aos autos, é viável a possibilidade de adesão sub examine, desde que observados e cumpridos os apontamentos feitos no presente parecer.

Prefeitura Municipal de Ananindeua

Controladoria Geral

Na sequência temos Parecer Jurídico-PROGE nº 2.055/2023-PROGE/PMA, assinado Procurador Geral do Município Sr. Danilo Ribeiro Rocha, manifestando-se pela regularidade do procedimento de adesão à ata de registro de preço, por conter o aceite do órgão gerenciador, e estarem sendo respeitados os requisitos constantes no Decreto nº 7.892/13, Ofício Circular nº 261/2021 – PROGE/PMA, assim como, as regras estabelecidas no instrumento convocatório. Com base nas regras insculpidas pela(s) Leis n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o processo Carona de Adesão a Ata, supramencionado encontra-se:

(**X**) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s). **“Não atende as exigências do Art. 2º da Resolução Administrativa n.º 043/2017/TCM-PA, de 19 de dezembro de 2017 do Tribunal de Contas dos Municípios – Pará”. Art. 6º. (...), II – na fase de resultado, até 30 dias após a assinatura do contrato, termo aditivo ou instrumentos congêneres e artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.**

Desta forma ante o exposto, se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, ato exclusivo da administração, submetemos o presente ao Ordenador de Despesa.

Ananindeua-PA, 31 de outubro de 2023.